

Planeta Marx: sobre a situação atual do marxismo*

Stathis Kouvelakis**

Resumo:

Este artigo trava um debate com as teses de Anderson sobre o "marxismo ocidental", identificando seus limites e problemas, e, alternativamente, sustenta a dupla tese de que, por um lado, o marxismo que se desenvolveu no mundo anglófono foi fortemente influenciado pela ausência de movimentos populares que se reivindicassem marxistas, particularmente nos Estados Unidos e na Inglaterra e, por outro, que o marxismo se "nacionalizou" e se "regionalizou", desenvolvendo este que se alimentou das contribuições do "marxismo do Ocidente".

Palavras-chave: Marxismo ocidental. Marxismo clássico. Crise do marxismo.

"Marxismo ocidental": fim do jogo?

Em matéria de cartografia do marxismo, a julgar pelo sucesso do termo e da retomada das hipóteses que a acompanham nas sínteses mais recentes, a referência à problemática do "marxismo ocidental", formulada no fim dos anos de 1970 pelo historiador britânico Perry Anderson, parece fornecer um ponto de partida obrigatório¹. Essa alternativa não é segura, apresentando alguns inconvenientes, dos quais o principal é o eurocentrismo, sob uma forma agravada já que reduz o campo de visão ao "Ocidente". Entretanto, e malgrado essas limitações que nos levaram a deixar inteiramente de lado a produção teórica marxista da URSS e dos antigos países do "socialismo real" do leste europeu, de modo algum redutível, explicitemo-lo; à vulgata oficial, a redefinição da noção de "marxismo ocidental" por Anderson não é, todavia, desprovida de um mérito essencial. Porque, contrariamente ao que afirmava o inventor do termo, Maurice Merleau-Ponty (1955), o "marxismo ocidental" não é o "outro" do leninismo, mas precisamente, do stalinismo. Aí onde o autor de *Aventures de la dialectique*

* Do original, em francês, "Planète Marx: sur la situation actuelle du marxisme". Tradução de Jair Pinheiro.

** Doutor em filosofia política e professor do King's College London.

End. eletrônico: stathis.kouvelakis@kcl.ac.uk

¹Citamos a partir da tradução francesa: *Sur Le marxisme occidental*. Paris: Maspero, 1976.

opunha a “dialética” e o hegelianismo de Lukács, considerado o fundador desta variante do marxismo, ao “realismo” dos bolcheviques, que ele religava ao filão positivista e cientificista presente em Marx, e, mais ainda em Engels, o historiador britânico faz do “marxismo ocidental” o resultado da recepção na Europa ocidental, no sentido de Gramsci (a área europeia onde a revolução não teve lugar ou foi derrotada após a primeira guerra mundial) de Outubro de 1917. Nenhuma ruptura há aí, portanto, entre “leninismo” e “marxismo ocidental”, ao contrário, na medida em que os marxistas ocidentais entendem se situar no caminho dos revolucionários russos. Mas esta filiação se revelará quase imediatamente uma história muito mais complicada do que pensavam seus autores. O “marxismo ocidental” é algum tipo de resultado dessa dupla complicação: de um lado, a derrota da revolução “no ocidente” se revelou mais durável do que podia parecer nos dias seguintes ao fracasso das tentativas revolucionárias alemãs (1923); de outro lado, a revolução russa logo seguiu um curso, no mínimo, imprevisível, em termos de consequências histórico-mundiais, com a escalada e, em seguida, a tomada de controle exclusivo do partido bolchevique pelo grupo dirigente reagrupado em torno de Stálin.

Resulta disso uma cisão profunda subjacente à periodização andersoniana da trajetória do marxismo no curso do meio século que se estende dos anos de 1920 aos de 1970. Ao “marxismo clássico” da II Internacional e dos primeiros anos da III, que precedem o período stalinista, sucede uma configuração nova, dita “marxismo ocidental”. Seu ato de nascimento é, como em Merleau-Ponty, *História e consciência de classe* de Lukács (1923) e, seu ato final, a crise do marxismo do fim dos anos 1970. Suas figuras mais marcantes, além de seu fundador húngaro, são: Gramsci, Korsch, Bloch, Lefebvre, Goldmann, Sartre, Althusser, os frankfurtianos, Della Volpe e Colletti. Após a segunda guerra mundial, seus focos se deslocam da Alemanha e da Europa Central, lugares da sua eclosão no entre-guerras, em direção à França e à Itália, dois países onde os partidos comunistas dominam o movimento operário e ocupam lugar central na cena política nacional.

Com Anderson, o “marxismo ocidental” deixa, portanto, de ser, como em Merleau-Ponty, uma versão do marxismo entre outras, presente em germe nas contradições internas à obra de Marx e de Engels, para tornar-se uma categoria histórica, designando a situação ou, mais exatamente: a *transformação* do próprio

²Uma operação ideológica desse tipo será repetida numa escala bem mais ampla nos anos de 1960-1970 pelas interpretações de um Gramsci “antileninista”, verdadeiro fundador do “marxismo ocidental”, opondo-se não somente a Lênin e Stálin, como também ao “retardo mental asiático”, do qual a Revolução Russa e seu futuro foram o sintoma.

marxismo em todo um período do desenvolvimento político e intelectual do mundo europeu-ocidental. Uma transformação que desemboca numa nova configuração de conjunto, tipo de matriz geral, comportando várias possibilidades internas, que se distinguem da anterior (o marxismo “clássico”) pelas cinco características abaixo³:

1. O marxismo ocidental é o produto da derrota da revolução na Europa ocidental. Esta derrota é sua “marca oculta”, e suas principais obras foram, “sem exceção, produtos (...) em situações de isolamento e de desespero político” (Anderson, 1976: 63).
2. Sua emergência testemunha a ruptura do vínculo entre a teoria e a prática, consequência da escalada do stalinismo e da dominação da vulgata “marxista-leninista” enquanto doutrina oficial dos partidos comunistas. Suas figuras de proa são universitárias, não mais os dirigentes políticos como aquelas do “marxismo clássico”.
3. Os domínios de predileção do “marxismo ocidental” são igualmente muito diferentes daqueles do seu predecessor “clássico”: aí se afirma um giro em direção à filosofia, à teoria da cultura e da estética, em consonância com o caráter universitário dos trabalhos em questão, em detrimento da economia política e da reflexão sobre a política, o Estado e a estratégia que seriam a marca dos clássicos e o terreno próprio do marxismo enquanto tal.
4. Na relação original, e originária, entre teoria e prática do movimento operário substitui-se, “de forma sutil, mas constante”, uma nova relação, orientada para o ecletismo entre marxismo e “teoria burguesa”, sobretudo a dos “tipos sucessivos do idealismo europeu.” (Anderson, 1976: 79-80).
5. Dos dois traços precedentes decorre igualmente o caráter especulativo e a linguagem esotérica do marxismo ocidental, sendo visado mais o público universitário que o militante.

No início dos anos de 1980, Anderson retoma suas hipóteses à luz da crise do marxismo do fim da década precedente e que pôs fim às suas esperanças de uma ultrapassagem do “marxismo ocidental” por uma nova unidade entre a teoria e a prática impulsionada pela radicalização política e intelectual do período aberto

³Omitimos aqui uma sexta, que veio à luz no momento da publicação da obra, a saber, a tradição trotskista, representada, segundo Anderson, por Roman Rodolski, Isaac Deutscher e Ernest Mandel, considerada uma continuação do “marxismo clássico” e, assim, se acha excluída do “marxismo ocidental”. Trata-se, evidentemente, de uma tese insustentável (Deutscher e Rodolski, dois pacatos pesquisadores sem filiação partidária, dificilmente poderiam se passar por encarnar uma unidade da teoria e da prática superior à de Lukács ou de Gramsci), que carregam a marca do clima partidário e da tomada de posição do seu entorno, que se empenha, de resto, em retirar tal posição do conjunto do seu esquema, ao qual permanece fiel mediante algumas racionalizações.

pelas lutas de 68 (Anderson, 1984). Em seguida ao fracasso dos partidos comunistas francês e italiano, a causa verdadeira (conjuntamente com a reviravolta da China) da “crise do marxismo” do fim dos anos 1970, o centro de gravidade do marxismo se desloca para o mundo anglófono, que afirma cada vez mais sua hegemonia cultural em nível mundial. Alí, desligado dos seus vínculos com todo movimento político, o marxismo tem êxito em se desenvolver se restringindo estritamente ao meio universitário. Este marxismo, teoricamente produtivo mas politicamente impotente⁴, cada vez mais na defensiva no próprio interior da paisagem intelectual, uma espécie de “marxismo ocidental” enquadrado, num contexto marcado pelo desabamento da URSS e, doravante, da dominação incontestada do neoliberalismo: “pela primeira vez desde a Reforma Protestante, não há oposição significativa, respectivamente às visões de conjunto rivais, no interior do universo de pensamento do Ocidente” (Anderson, 2000: 17). Numa tonalidade menos pessimista, especialmente “a disseminação de pensamentos críticos aos quatro cantos do planeta”, essas hipóteses forneceram o ponto de partida da síntese sobre “os novos pensamentos críticos”, proposto por Razmig Keucheyan (2010). Ora, no que se refere mais particularmente ao marxismo, que fornece a maior parte dos “novos” pensamentos que o autor revisa⁵; trata-se apenas de uma falsa boa nova, porque “uma das características principais das novas teorias críticas é a perda da hegemonia do marxismo em seu interior” (Anderson, 2000: 31), especialmente a emergência do estruturalismo e seus epígonos pós-estruturalistas. Eis, portanto, o marxismo duplamente acuado, tanto à sua direita por um pensamento liberal tornado dominante, como à sua esquerda por “novos pensamentos críticos” que oferecem alternativas aos que contestam o estado atual das coisas. Mais que uma derrota, teríamos então material para os primeiros sinais de uma autêntica ultrapassagem do marxismo por uma mudança intelectual que, ao menos em algumas de suas versões (o pós-marxismo, para ir ao ponto) pode até mesmo se dar ao luxo de incorporar alguns elementos dele.

⁴Aqui, resumimos de forma inevitavelmente simplificadora as posições de Anderson no curso dos anos de 1980-1990. Quando ele publica *In the Tracks of Historical Materialism*, paradoxalmente, ele está muito mais otimista quanto ao futuro do marxismo anglófono, mas ao preço de um relaxamento considerável do critério de unidade entre teoria e prática, que se torna uma simples volta disciplinar a temas da teoria política, econômica e social, longe das brumas especulativas do “marxismo continental”. Da mesma maneira, ele tenta circunscrever a “crise do marxismo” só às praças fortes da Europa latina; Habermas, na Alemanha, e os teóricos anglófonos são resguardados dela.

⁵A este respeito, veja a segunda parte da obra de Anderson (2000: 93-301).

“Mil Marxismos” sob a bandeira anglo-estadunidense?

Que resta, todavia, da segunda parte da análise de Anderson, que se propõe a retrazar a configuração da teoria marxista a partir dos anos 80 em termos de deslocamento do centro de gravidade do foco franco-italiano para o mundo anglófono, a exemplo do que se passava após a última guerra entre, de um lado, a Alemanha e a Europa Central e, de outro, a França e a Itália? Ainda aí não se pode negar uma certa pertinência descritiva à análise. Incontestavelmente, o fracasso dos partidos comunistas francês e italiano no final dos anos 1970, seguido da emergência do neoliberalismo e de um antimarxismo particularmente virulento, leva a um profundo refluxo do marxismo nesses países. Refluxo que, de resto, é acompanhado do recuo do seu lugar cultural em nível mundial, especialmente sensível no caso da França. O mundo que emerge após o fim da URSS e o fracasso dos projetos de transformação social nos países europeus desenvolvidos é, incontestavelmente, um mundo onde a hegemonia dos EUA não encontra mais rival sério, aí compreendido o domínio teórico. O domínio do inglês significa, igualmente, como sublinha Razmig Keucheyan, que são as universidades estadunidenses, e não mais a margem esquerda parisiense, que dão hoje o tom do debate intelectual, aí incluída a parte esquerda do espectro.

Do mesmo modo, e isto é incontestavelmente o outro fenômeno dominante do período, que a partir dos anos de 1960 o marxismo, até então bastante marginal na cultura intelectual britânica e estadunidense, conheceu uma difusão importante, tanto na recepção da literatura da Europa continental como na aparição de correntes de pensamento ou de teóricos se reclamando ligados ao marxismo. Quatro domínios parecem particularmente referidos: os “estudos culturais” e a crítica literária, com figuras dominantes como Frederic Jameson, Terry Eagleton e Stuart Hall; a economia política, com os trabalhos de Anwar Shaikh, Fred Moseley e economistas baseados na universidade de Londres-SOAS⁶ (Ben Fine, Alfredo Saad-Filho, Costas Lapavitsas); as relações internacionais com a escola neogramsciana iniciada por Robert Cox, a teoria da classe internacional de Kees van der Pijl e a do desenvolvimento desigual e combinado de Justin Rosenberg, assim como os trabalhos sobre o imperialismo e a “economia política internacional” de Ellen Meiksins-Wood. Giovanni Arrighi, Peter Gowan, Leo Panitch e Alex Callinicos; e a geografia, particularmente a do espaço urbano, com os trabalhos de David Harvey, Mike Davis, Edward Soja e seus numerosos continuadores (Neil Smith, Noel Castree e Neil Brenner).

⁶School of Oriental and African Studies School of Oriental and African Studies é uma faculdade integrante da Universidade de Londres, especializada em direito, política, economia (especificamente desenvolvimento econômico), humanidades e línguas da Ásia, África e Oriente Médio. (N. T.).

A paisagem é bem mais complexa, já que ela inclui correntes com caráter interdisciplinar, sobretudo o “marxismo analítico”, iniciado pela leitura de Marx do filósofo Gerry A. Cohen. Seu momento produtivo coincide com os anos de 1980, mas, de forma mais alardeada, alguns de seus animadores permanecem vivamente ativos, especialmente o sociólogo Erik Olin Wright e o historiador Robert Brenner. Mencionemos também a corrente da “Nova Dialética”, mais centrada na leitura da obra de Marx num sentido hegeliano, ao mesmo tempo animada por economistas e filósofos (Chris Arthur, Tony Smith, Patrick Murray) e o trabalho mais alardeado que pelo passado de historiador de Peter Linebaugh, Chris Wickham, Benno Teschke e John Haldon. As questões de ambiente e da ecologia se constituíram igualmente em campo privilegiado de uma análise histórico-materialista graças, entre outras, às contribuições marcantes de James O’Connor, John Bellamy-Foster e Paul Burkett.

Há uma incontestável vitalidade intelectual, que não parece dar sinais de desaceleração. O refluxo de algumas correntes (especialmente do “marxismo analítico”, cujos principais iniciadores abandonaram gradualmente o quadro do marxismo), é compensado pela aparição de outros e a multiplicação dos campos de intervenção, que se acompanham de uma importante troca geracional⁷. É preciso mencionar, sobre este ponto, a importância de revistas generalistas que ajudam a estruturar os debates (principalmente *Rethinking Marxism* e *Historical Materialism*), especialmente através da organização de grandes colóquios internacionais.

A maior parte desta produção se situa no campo das ciências sociais, ponto tradicionalmente forte da cultura intelectual do mundo anglófono. Isto parece se opor ao caráter filosófico e altamente abstrato do “marxismo ocidental”. Mas esta divergência pode bem ser apenas de superfície, como mostra a obra de Frederic Jameson, da qual uma boa parte emerge do que se entende na Europa continental por “filosofia”, de um Moishe Postone ou, no outro extremo do espectro, a dos filósofos do marxismo analítico: Gerry Cohen ou Jon Elster. A filiação do marxismo anglófono posterior aos anos de 1970 ao “marxismo ocidental” se confirma em dois outros pontos essenciais: uma separação da prática política de maneira mais radical que a de seus homólogos da Europa continental de antes dos anos de 1980, acompanhada de um caráter universitário bem mais acentuado. Perry Anderson o reconheceu, ao qualificar a obra de Frederic Jameson, sem dúvida a mais especulativa, a mais classicamente universitária e menos “política” dos marxistas anglófonos, “ponto culminante da tradição do marxismo ocidental” (Anderson, 2000).

⁷Uma mudança rápida dos que intervêm nos colóquios marxistas internacionais mais representativos faz aparecer uma idade média menos elevada que a dos representantes dos “novos pensamentos críticos”, de Keucheyan. É verdade que este se limita a figuras “reconhecidas” no meio universitário.

Ainda aí o traço marcante é que o marxismo manteve, com efeito, no mundo anglófono, uma legitimidade no interior da instituição universitária que ele perdeu quase inteiramente na maior parte dos países da Europa continental, sobretudo na França.

Esse fenômeno é amplificado pelo fato de que, no contexto da dominação crescente do inglês, a universidade estadunidense e, em menor medida a britânica, serve às vezes de lugar de acolhida e de caixa de ressonância de pensadores e teoria cuja origem ou foco se encontram alhures. O sucesso internacional de pensadores marxistas ou “para-marxistas” nessas últimas duas décadas, tais como Slavoj Žižek, Alain Badiou, Jaques Rancière e Antonio Negri não pode se explicar de outro modo. Todavia, como já ressaltamos, na quase totalidade desses casos, tais pensadores (como alguns dos seus homólogos do mundo anglófono, especialmente Jameson e Harvey) são antes os últimos representantes (não arrependidos) do radicalismo intelectual dos anos de 1970 que iniciadores dos presumidos “novos pensamentos críticos”, posteriores à cesura histórica de 1990. É o caráter tardio do seu reconhecimento no mundo universitário anglófono que lhes dá a aparência de novidade. Mesmo Žižek, de uma geração mais recente, pode ser considerado um prolongamento último desta tendência, tantos são evidentes os fios que o ligam de forma direta ao estrutural-marxismo francês desse período. Porque, mais que uma corrente homogênea se colocando como alternativa ao marxismo, como afirma com insistência R. Keucheyan⁸, o “estruturalismo” designa, antes, uma temática difusa, funcionando frequentemente em estreita osmose com o marxismo. O papel de Althusser e de sua escola é, a este respeito, de importância decisiva e explica, em grande parte, porque contrariamente às grandes tiradas anti-estruturalistas de Perry Anderson do começo dos anos de 1980 (quando apostava-se em Habermas para manter a chama do materialismo histórico contra a debandada intelectual franco-italiana) a penetração do estruturalismo mais acompanhou que entrou a do marxismo no clima cultural anglófono, como havia feito na França uma ou duas décadas antes nas ciências sociais⁹. Pensemos especialmente nos efeitos fecundos do althusserianismo fora

⁸Curiosamente, Keucheyan diz que o estruturalismo foi “sistematicamente hibridado com outras correntes”, citando o “feminismo, a ecologia e os estudos literários marxistas” (2010: 53), mas deixa sob silêncio o momento estrutural-marxista que conquista a França dos anos de 1960-1970.

⁹Acrescentamos, a este propósito, que a afirmação de Keucheyan segundo a qual a influência intelectual do estruturalismo é inversamente proporcional à sua falta de base social é, no mínimo, discutível, salvo entender “base social” no sentido restrito de “base de massa” ou de “base popular”. Os críticos do estruturalismo, em geral, colocam ênfase aos vínculos fortes entre a escalada do estruturalismo nos anos de 1960 e as novas camadas médias emergentes na França da modernização gaullista: quadros “tecnocráticos”, diplomados saídos da massificação do ensino superior do pós-guerra, especialmente nas ciências humanas. Formulada, dentre outros, por H. Lefebvre (1971), esta tese é brilhantemente desenvolvida na obra de referência de Kristin Ross (2006).

do campo da filosofia, sobre os quais G. Elliot (2007) colocou acento a justo título. Notadamente na antropologia, com M. Godelier, E. Terray ou P. P. Rey, na história, com G. Bois, R. Robin ou J. Guilhaumou, na lingüística, com M. Pêcheux, F. Gadet e J-J. Lacerle, na economia, com A. Lipietz, C. Bettelheim ou S. de Brunhof, na sociologia com os primeiros trabalhos de C. Baudelot, R. Estabiet, de M. Castells ou de N. Poulantzas sobre as classes sociais.

Para voltar ao presente, mais do que de um recuo do marxismo no interior de uma constelação de “novos pensamentos críticos”, é do caráter problemático da renovação desses últimos, especialmente em termos geracionais, que conviria falar, na medida em que, deve-se precisar, estes se situam no campo de um *radicalismo intelectual*, explicitamente anticapitalista, que designamos aqui sob o vocábulo “para-marxista”, em referência a figuras como Badiou e Zizek. O sucesso deles, particularmente no último período, marcado pela publicação da *Hypothèse communiste*, por Badiou (2009), que Zizek (2003) havia antecipado com seu “retorno leninista” do começo dos anos 2000, fornece a confirmação de uma mudança de época na atmosfera intelectual, especialmente no sentido de um estremecimento da hegemonia pós-moderna no mundo anglófono. As coisas se apresentam sob uma luz diferente quando se examina a situação no interior do campo universitário, com as nuances que se impõem, notadamente entre o mundo anglófono e a Europa continental. Aqui, a constatação de Keucheyan conserva uma pertinência na condição de compreendê-la não como a eclosão de “novos pensamentos críticos”, porém mais como uma tendência potencial – embora não desprovida de contratendência – à *desradicalização* do mundo universitário, cujo antimarxismo virulento das décadas precedentes foi o ato inaugural. Segue-se doravante um curso “normalizado”, produzindo um novo mainstream “liberal”, no sentido anglo-americano: o discurso de “centro-esquerda” da “diferença”, da promoção das diversas “identidades” e da tolerância “cosmopolita” subjacentes à realidade do capitalismo mundializado no qual vivemos.

É de fato pouco surpreendente se, contrariamente a certas ideias difundidas¹⁰, os marxistas não abundam nas universidades do mundo anglófono, sobretudo nas mais elitistas (em especial, as da liga Ivy estadunidense ou da Oxbridge, no Reino Unido)¹¹. Tal cartão de visita facilita pouco a carreira, os casos de Jameson ou de alguns teóricos do marxismo analítico (G. A. Cohen ou E. O. Wright) fo-

¹⁰Keucheyan escreve, por exemplo, sem dúvida com ironia que “os Lenin, Trotski e Rosa Luxemburg contemporâneos são universitários, que evoluem frequentemente em estabelecimentos bem cotados no mercado internacional” (2010: 28).

¹¹A liga Ivy congrega 8 universidades privadas (Brown, Columbia, Cornell, Harvard, Yale, Dartmouth College, Princeton e Pensilvania) dos Estados Unidos, tidas como símbolo de excelência, e o acrônimo Oxbridge se refere às universidades de Oxford e de Cambridge. (N. T.).

ram, a este respeito, exceção: a notoriedade mundial de um David Harvey, por exemplo, não impede que ele ensine na “plebéia” City University of New York, bem longe (simbólica e institucionalmente falando) das prestigiosas Colúmbia ou New York University. Da mesma maneira, Terry Eagleton, como antes dele E. P. Thompson, toda sua vida ensinou em universidades provinciais, sem brilho particular, e Eric Hobsbawm numa faculdade da universidade de Londres destinada a assalariados. Seguramente, há hoje menos professores marxistas em Oxford, Cambridge (ou na London School of Economics), supondo-se que haja, que nos anos de 1950, época de Maurice Dobb ou de Christopher Hill¹². Por outro lado, destacamos uma forte concentração de universitários marxistas ou radicais em lugares particulares e relativamente atípicos na paisagem acadêmica, marcados por uma forte tradição de esquerda (a Universidade de Tork, no Canadá, por exemplo, a SOAS, em Londres, as universidades de Sussex e de Warwick na Inglaterra, alguns departamentos de Los Angeles, nos Estados Unidos), frequentemente, em proporção significativa de estrangeiros.

No conjunto, o mundo anglófono atual não parece tão diferente da situação francesa do pós-guerra até os anos de 1970, tal como a descreve Lucien Sève a propósito do lugar dos comunistas na universidade da época na qual o PCF e o prestígio do marxismo estavam no apogeu:

Se, neste período, os comunistas puderam aceder à pesquisa ou ao ensino superior, é quase sempre devido a uma relação de força setorial menos desfavorável criada pelas lutas (...). Se olharmos de perto esses casos de acesso, constataremos que, frequentemente, foi preciso pagar-lhes com a renúncia à disciplina de origem – por exemplo, a filosofia – numa carreira muito difícil e de discriminações; sobre o que, curiosamente, não conheço na abundante literatura sobre os comunistas nenhum estudo de conjunto... (2006: 144)

Em todo caso, o contraste com os “pensamentos críticos” não-marxistas é chocante: na Alemanha, por exemplo, o aparato institucional do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, atualmente dirigido por Axel Honneth, é impressionante, parece pouco exagerado considerar seu antigo diretor, Habermas, o filósofo oficial da República Federal. O fato tanto mais chocante é que, neste país, o marxismo está quase inteiramente excluído da universidade, num ambiente de anticomunismo institucionalizado em consequência da lei de 1972 sobre a proi-

¹²Relevemos, entretanto, que o desenvolvimento da carreira em economia de Dobb, uma das mais elevadas mundialmente em sua época, foi bloqueada durante décadas por causa de seu militância comunista e de sua fidelidade ao marxismo: vinte e quatro anos para aceder ao posto de fellow no Trinity College de Cambridge onde lecionava desde 1924, e onze anos suplementares para se tornar reader.

bição para funções públicas, que liquidou através de “testes de lealdade” perto de três milhões de pessoas, e demandas jurídicas empenhadas contra onze mil delas, a maior parte membros do antigo partido comunista alemão ocidental e a erradicação definitiva de mais de um milhar. De forma geral, como amostra, é relativamente significativo em escala internacional, seria instrutivo fazer um estudo comparado do desenrolar das carreiras universitárias que passaram do estatuto de “marxista” para o de “convertido” às diversas versões do liberalismo dominante.

Em direção a um marxismo-mundo?

Devemos concluir que a tese andersoniana do “marxismo ocidental” encontrou, enfim, sua confirmação, de certa forma tardiamente, ou que ela tinha, afinal de contas, valor de antecipação? Esta derrota, que desemboca numa pós-modernidade americanizada, no essencial reconciliada com a ideia do capitalismo como horizonte intransponível da época, seria desta última alguma espécie “criada”?

Três razões nos incitam a pensar que tal conclusão é, no mínimo, muito discutível. Primeiro, bem mais que uma confirmação da tese andersoniana sobre a relação entre derrota e desenvolvimento teórico e a ruptura “de época” do vínculo entre a teoria e a prática, a vitalidade do marxismo nos países anglófonos no curso das últimas décadas indicam, antes, que nesta parte do mundo, a questão da relação da prática com a teoria marxista e, ainda mais, com as formas de radicalismo cultural e intelectual, se coloca, hoje como ontem, diversamente da Europa continental. A ausência histórica de organização de massa que se proclame marxista e, sobretudo, a completa falta, no caso dos Estados Unidos, de partido oriundo do movimento operário propriamente, sempre operou no sentido de um deslocamento dos movimentos sociais anticapitalistas para a esfera cultural, particularmente do outro lado do Atlântico. Esse fenômeno, em certa medida já perceptível nos Estados Unidos dos anos de 1930 (Denning, 1998), marcou profundamente os movimentos da juventude dos anos de 1960-1970. Desprovidos de quadros organizacionais com caráter de massa, os militantes que deles saíam se orientavam massivamente para a esfera da cultura ou da pesquisa intelectual, no seio da qual, na falta de aposta política imediata, por via de regra, eles resistiram melhor à virada conservadora dos anos de 1980 que seus equivalentes da Europa continental. Podemos dizer, em certo sentido que a manutenção, certamente a consideramos minoritária e frágil, de uma corrente radical e marxista no mundo da universidade anglófona serve, ao mesmo tempo, de substituto e mediação para a prática política numa conjuntura particular.

Em segundo lugar, esta análise deixa na sombra a manutenção, no curso deste período, uma produção teórica marxista em suas antigas fortalezas da Eu-

ropa continental. O traço distintivo desse marxismo é, incontestavelmente, sua predominância filosófica pela perturbação das linhas de demarcação herdadas das correntes anteriores. É a paisagem dos “mil marxismos” da qual André Tosel, ele mesmo um dos principais representantes, propôs uma síntese de referência¹³. Na França, esse marxismo permanece marcado pela evolução de pensadores formados na corrente althusseriana (André Tosel, Jean Robelin, Tony Andréani, Georges Labica e, de forma mais ampla quanto ao quadro de referência marxista, Etienne Balibar e Jaques Bidet), e pela manutenção de uma orientação dialética, às vezes tingida de espírito messiânico, por teóricos oriundos do movimento trotskista (Daniel Bensaïd e Michael Löwy), comunista (Lucien Sève e Michel Vadée), ou influenciados pela Escola de Frankfurt (Jean-Marie Vincent, Gerard Raulet). Uma tradição de estudo dos textos marxianos também se manteve, com os trabalhos de Miguel Abensour, Jaques Texier, Antoine Artous, Solange Mercier-Josa, Tran-Haï-Hac mais orientados, a partir de então, para questões de teoria política, ou a leitura d’*O Capital*, do que para os problemas epistemológicos que ocuparam o prosaetório no curso do período anterior.

Observamos uma vitalidade comparável do marxismo filosófico na Itália, de onde veio o principal desafio ao liberalismo triunfante da época, com a obra massiva de Domenico Losurdo, amplamente consagrada a uma contra-história do pensamento liberal, expondo à luz seus aspectos obscuros, seu universalismo truncado, seus vínculos profundos com algumas das formas de dominação modernas mais degradantes (em primeiro lugar, a escravidão e a colonização). A obra de Losurdo se inscreve numa tradição italiana particularmente rica da história do pensamento que conta, entre seus representantes marxistas Guido Oldrini, Alberto Burgio, o grande filósofo Luciano Canfora e, mais recentemente, Massimiliano Tomba. Ela coexiste com uma multiplicidade de correntes filosóficas de inspiração histórico-materialista, ou de pensadores marginais, o pós-operarismo¹⁴ (Antonio Negri, Paolo Virno e Christian Marazzi), os gramscianos (Guido Liguori, Fabio Frosini e Giorgio Baratta), os pós-althusserianos (V. Morfino e M. Turcheto) e figuras mais dificilmente classificáveis como Roberto Finelli, Costanzo Preve ou Roberto Fineschi e Giuseppe Prestipino. Poderíamos destacar uma tendência similar na Alemanha, com as releituras da obra marxiana de crítica da economia política proposta por Michael Heinrich e Helmut Reichelt ou, seguindo uma orientação diferente, a corrente em torno da revista *Krisis*

¹³Ver Tosel (2009) onde retoma as ideias do “Devenir du marxisme: de la fin du marxisme-léninisme aux mille marxismes ; France Italie 1975-2005”.

¹⁴*Post-operaisme*, no original francês, termo utilizado para se referir a intelectuais que tiveram alguma forma de envolvimento com a luta armada na Itália dos anos de 1970. (N. T.).

(Anselm Jappe e Robert Kurz), ambos se inspirando no trabalho pioneiro sobre a forma-valor de Hans-Georg Backhaus. Na Alemanha, um pólo essencialmente filosófico também se estruturou em torno da revista berlinense *Das Argument* dirigida por Wolfgang Haug, que dirige o monumental *Dicionário Histórico-Crítico do Marxismo* (quinze volumes previstos, sete publicados, mais de 1.500 entradas), quantia não igualada, fruto de um trabalho que mobiliza há uma vintena de anos bom número de pesquisadores marxistas do mundo inteiro.

Disseminado pelo mundo, o pensamento de Lukács da maturidade continua a fecundar as pesquisas filosóficas de discípulos sempre ativos, às vezes conhecidos, como a “Escola de Budapeste”, dentre os quais se distinguem G. Markus (radicado na Austrália) e, sobretudo, I. Mészáros (radicado na Grã-Bretanha), autor de uma obra monumental, combinando crítica filosófica do capitalismo e exploração antropológica e normativa de um futuro pós-capitalista. Pouco conhecido na França, malgrado os esforços de N. Tertulian, o último Lukács encontrou eco significativo no Brasil (citemos os sociólogos Sérgio Lessa e Ricardo Antunes) e, na Itália, (Guido Oldrini).

Certamente, esse marxismo da Europa continental de após o dilúvio não é apenas filosófico. Convém mencionar particularmente a economia com os trabalhos, na França, sobre o capitalismo contemporâneo de Gérard Duménil, Michel Husson, François Chesnais ou Isaac Johsua, na Itália, os de Ricardo Bellofiore, e Gianfranco LaGrassa e, na Alemanha, o de Elmar Altvater, de Jörg HuffsSchmid ou de Joachim Bischoff. De maneira relativamente lógica, a sociologia do trabalho e do mundo operário constituiu um campo de predileção de pesquisas inspiradas no marxismo, especialmente na França: Michel Verret e a equipe nantense do LERSCO¹⁵ (J.-P. Molinari e C. Leneveu) impulsionaram o estudo sobre o espaço operário em suas múltiplas dimensões, Michel Freysse- net e Benjamin Coriat se concentraram no taylorismo e na divisão do trabalho, enquanto que um número importante de pesquisadores, há muito vários deles reagrupados em torno da revista *Société française*, se voltaram para a sociologia da classe operária, também do assalariado não-operário (J.-P. Terrail, O. Schwarz, J. Lojkine e P. Bouffartigue), ou para a antropologia e a psicologia do trabalho (Y. Schwarz e Y. Clot).

Esta persistência de uma produção teórica multiforme, com uma forte componente filosófica, permite revelar uma segunda continuidade com a época anterior, a de um vínculo mediado, certamente distendido, mas não rompido, entre esta pesquisa filosófica e esta produção teórica mais ampla, e as correntes

¹⁵Laboratoire d'Études et de Recherches Sociologique sur la Classe Ouvrière (N. T.).

políticas da esquerda anticapitalista originadas ao mesmo tempo, nos três países, da matriz comunista, das alas radicais da social-democracia e da extrema esquerda. Esses vínculos se apoiam, em parte, nas instituições ligadas às estruturas políticas em questão tais como a poderosa Rosa Luxemburg Stiftung, ligada ao partido Die Linke, e a rede Transform!, que reúne os institutos de pesquisa ligados aos partidos da esquerda radical comunista ou pós-comunista europeia (Itália, Espanha, Grécia, Alemanha e Portugal). Numa situação de refluxo político, o marxismo europeu se dissolveu, doravante marginalizado, até mesmo excluído da universidade, se esforçou, para tomar uma vez mais a expressão de André Tosel, “para manter aberta a questão da possibilidade real”.

O último elemento que contradiz a ideia de uma confirmação deslocada da tese do “marxismo ocidental” é talvez, o mais crucial. Porque no século passado como neste, antes como depois da queda da URSS, o marxismo deixou de ser um fenômeno próprio ao Ocidente. Ele se “nacionalizou” e “regionalizou” profundamente, se enraizando, de maneira certamente desigual, na maior parte de ares culturais e linguísticos do planeta. Para o período das revoluções anticoloniais e antiimperialista, os nomes de Mao, de José Carlos Mariátegui ou de Amílcar Cabral bastam para indicar uma forma de unidade da teoria e da prática política na linha justa da geração de revolucionários das duas primeiras décadas do século XX. Portanto, o marxismo e, mais genericamente, o radicalismo intelectual do mundo não-europeu não se desenvolveu numa relação de exterioridade com o “marxismo do Ocidente”. Isto é completamente evidente, no caso do Japão, com sua forte tradição na economia política, iniciada pela leitura hegeliana da obra marxiana por Kozo Uno, e renovada pelos trabalhos de Makoto Itoh e de Thomas Sekine. Na América Latina, o universo intelectual da figura marxista fundadora do subcontinente, Mariátegui, se alimentou de Croce, Gentile e de Sorel, se revela muito próxima da de Gramsci. Mais próximo de nós, a teologia da libertação latinoamericana, diretamente em linha com a realidade das lutas operárias e populares, particularmente no Brasil, é inconcebível sem a quase totalidade de pensadores do “marxismo ocidental”. De uma forma geral, Lukács, Althusser, Benjamin, Gramsci, Poulantzas permanecem referências essenciais do marxismo latinoamericano; testemunham os trabalhos de pensadores contemporâneos como o boliviano Álvaro García Linera, o mexicano Bolívar Echevarría, o argentino Enrique Dussel, a chilena Marta Harneker, o brasileiro Carlos Nelson Coutinho ou o peruano Aníbal Quijano¹⁶. É preciso, com efeito, lembrar que, à exceção, uma

¹⁶O eurocentrismo incontestável de nossa experiência e de nossas competências impossibilita nos estendermos sobre a Índia ou a África do Sul, países onde coexistem forças comunistas de massa e importantes tradições intelectuais com referência marxista.

vez mais, da Escola de Frankfurt, e malgrado o eurocentrismo evidente do seu universo intelectual, as figuras de proa do marxismo dito “ocidental” pertencem às gerações de Outubro de 1917, o que é perfeitamente possível compreender como o começo da vaga de revoluções anticoloniais do século XX. No momento da mundialização sob dominação neoimperialista estadunidense, apostamos que se trata de um aspecto da herança que nada perdeu da sua atualidade.

Poderia ser, portanto, que o sentido profundo desta ruptura marxista no curso de um período de recuo político chegue a isto: o material que temos é apenas o índice, sem dúvida ainda não plenamente legível, de um antagonismo subjacente à realidade do sistema no qual vivemos, o capitalismo mundializado sob hegemonia estadunidense, e que se traduz pela existência, em parte subterrânea e incipiente, mas irreduzível, de forças sociais que se levantam contra ele e torna pensável a perspectiva de sua derrubada. Quanto ao exercício prospectivo relativo ao seu futuro, parece difícil evitar o adágio de Chou En-Lai a propósito da Revolução Francesa: “é muito cedo para dizer”.

Bibliografia

- ANDERSON, Perry (1976). *On western Marxism*. Londres: NLB.
- _____ (1976). *Sur Le marxisme occidental*. Paris: Maspero.
- _____ (1984). *In the tracks of historical materialism*. Chicago: The University of Chicago Press.
- _____ (2000). Renewals. *New Left Review*, II /1, Londres.
- _____ (2010). *Les origines de la postmodernité*. Paris: Les prairies ordinaires.
- BADIOU, Alain (2009). *L'hypothèse communiste*. Paris: Lignes.
- DENNING, Michael (1998). *The Cultural Front*. Londres: Verso.
- ELLIOTT, Gregory (2007). *Althusser, The Detour of Theory*. Boston: Leiden Brill.
- KEUCHEYAN, Razmig (2010). *Hémisphère gauche. Une cartographie des nouvelles pensées critiques*. Paris: La Découverte.
- KOUVÉLAKIS, Stathis (2001). Crises du marxisme, transformation du capitalismo. In: BIDET, Jaques e KOUVÉLAKIS, Stathis. *Dictionnaire Marx Contemporain*. Paris: PUF.
- LEFEBVRE, Henri (1971). *L'Idéologie structuraliste*. Paris: Anthropos.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1955). *Les aventures de la dialectique*. Paris: Gallimard.
- THERBORN, Göran (2008). *From marxism to post-marxism*. London: Verso.

- THOMAS, Peter (2010). “Contours of Contemporary Western Marxism”. Comunicação no Seminário: Contemporary Marxist Theory do King’s College, Londres.
- TOSEL, André (2009). *Le marxisme du XXe siècle*. Paris: Syllepse.
- ROSS, Kristin (2006). *Rouler plus vite, laver plus plus blanc. La culture française au tournant des années soixante*. Paris: Seuil.
- SÈVE, Lucien (2006). Intellectuels communistes: peut-on en finir avec le parti pris? *Contretemps*, n. 15, Paris.
- ZIZEK, Slavoj (2003). *Revolution at the gates*. Londres: Verso.